

CONSIDERAÇÕES SOBRE CRÉDITO AGRÍCOLA: O CASO DE OURICURI, PE



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Vinculada ao Ministério da Agricultura

Centro de Pesquisa Agropecuária
do Trópico Semi-Árido – CPATSA

Petrolina, PE

DOCUMENTOS

Número 34

ISSN 0100-9729

fevereiro, 1985

CONSIDERAÇÕES SOBRE CRÉDITO AGRÍCOLA:
O CASO DE OURICURI, PE

Renival Alves de Souza
Angel Gabriel Vivallo Pinare
César Osvaldo Williams Fuentes
Ronnie Philips Finshi

Colaboradores:

Hugo Pereira de Jesus Filho
Rebert Coelho Correia
Valquíria Barboza



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA
Vinculada ao Ministério da Agricultura
Centro de Pesquisa Agropecuária
do Trópico Semi-Árido-CPATSA
Petrolina, PE

EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 34

Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

EMBRAPA-CPATSA

BR 428, km 152

Telefone: (081) 961 4411

Telex: (081) 1878

Caixa Postal 23

56300 Petrolina, PE

Tiragem: 7.000 exemplares

Comitê de Publicações:

Edson Lustosa de Possídio - Presidente

Manoel Abílio de Queiroz

Paulo César Fernandes Lima

Luiz Maurício Cavalcante Salviano

Assessoria científica deste trabalho:

Gorantla Doraswamy

Luiz Corsino Freire

Aldroville Ferreira Lima

Editora: Elisabet Gonçalves Moreira

Composição: Virgínia Maria de Castro

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, Petrolina, PE.

Considerações sobre crédito agrícola: o caso de Ouricuri, PE, por Renival Alves de Souza e outros. Petrolina, PE, 1985.

29p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 34).

Colaboração de: Angel Gabriel Vivallo Pinare, Cesar Osvaldo Williams Fuentes, Ronnie Philips Finshi, Hugo Pereira de Jesus Filho, Rebert Coelho Correia e Valquíria Barbosa.

1. Crédito agrícola-Brasil-Pernambuco-Ouricuri. I. Souza, Renival Alves de II. Vivallo Pinare, Angel Gabriel, colab. III. Williams Fuentes, César Osvaldo, colab. IV. Finshi, Ronnie Philips, colab. V. Jesus Filho, Hugo Pereira de, colab. VI. Correia, Rebert Coelho, colab. VII. Barbosa, Valquíria, colab. VIII. Título. IX. Série.

CDD-332.71

APRESENTAÇÃO

O direcionamento do trabalho realizado nos últimos anos pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), no sentido de obter um enfoque sistêmico do meio rural, destacou a necessidade de empreender ações de pesquisa que extrapolassem as questões puramente técnicas e tecnológicas e abordassem problemas de ordem econômica e social.

O presente trabalho é parte deste enfoque e corresponde a um segmento de um conjunto de resultados de pesquisas, realizado no alto sertão de Pernambuco, na região encabeçada pelo município de Ouricuri.

Este documento constitui a primeira parte de um trabalho que procura analisar problemas relacionados com o crédito agrícola no Nordeste do Brasil. E posteriormente complementar-se-á por resultados extraídos de uma segunda pesquisa, na qual o rendimento econômico de algumas propriedades será analisado após a intervenção da pesquisa, através de introduções técnicas e tecnológicas como componentes de um projeto de desenvolvimento da propriedade rural.

Assim, esperamos marcar com este e outros trabalhos posteriores, a análise integrada da complexa realidade do meio rural nordestino.

EDSON LUSTOSA DE POSSÍDIO
Chefe Adjunto Técnico
CPATSA-EMBRAPA

SUMÁRIO

RESUMO/ABSTRACT.....	07
INTRODUÇÃO.....	09
MATERIAL E MÉTODO.....	10
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	15
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

CONSIDERAÇÕES SOBRE CRÉDITO AGRÍCOLA:
O CASO DE OURICURI, PE

Renival Alves de Souza¹
Angel Gabriel Vivallo Pinare²
César Osvaldo Williams Fuentes³
Ronnie Philips Finshi⁴

RESUMO - O trabalho apresenta os resultados da pesquisa sócio-econômica em 32 propriedades, de pequenos e médios produtores, na região de Ouricuri, no alto sertão de Pernambuco. Estas propriedades foram submetidas a análises econômicas e financeiras e chegou-se às seguintes conclusões: 1. ao considerarmos o consumo familiar como um custo inevitável, a maioria das propriedades tem taxa interna de retorno negativa; 2. a maioria das propriedades não tem capacidade de pagamento que possa financiar o consumo familiar; 3. os ingressos extra-agrícolas são importantes; 4. a falta de adequação da estrutura bancária ao crédito, para os pequenos agricultores, limita os efeitos dos subsídios; 5. antes de se decidir pela mudança nas taxas de juros o governo deve estudar entre outras coisas: a) a hierarquia de rentabilidade das principais alternativas de produção do Nordeste; b) os pequenos empreendimentos e os juros adequados; c) as adaptações das instituições de assistência técnica, de crédito e de pesquisa às necessidades dos pequenos agricultores.

Termos para indexação: crédito, juros, taxa interna de retorno, capacidade de pagamento, fluxo de caixa, mão-de-obra familiar, renda líquida, consumo familiar, bancos, ingressos.

CONSIDERATION ON AGRICULTURAL CREDIT:
THE OURICURI CASE

ABSTRACT - The paper shows the results of a socio-economic research conducted on 32 small and medium farm properties of the Ouricuri region, high "sertão" of Pernambuco, Brazil. After the properties were submitted to economical and financing analysis, the following conclusions were drawn: 1. when the family consumption costs are considered as inevitable, most of the properties have a negative Internal Rate of Return; 2. most of the properties don't have payment capacity to finance the family costs; 3. the extra benefits are important; 4. the lack of adequacy of the bank structure to the credit for the small farmers limits the effect of the subsidies; 5. before deciding any change on the interest rate the government must study the following: a) the rentability hierarchy of the main production alternatives of the Northeast; b) the small enterprises and the adequate interest; c) the adaptation of the Institutions related with technical assistance, credit and research to the small farmer needs.

Index terms: credit, interest, Internal Rate of Return, payment capacity, cash flow, family labor, liquid rentability, family consumption, banks, incomes.

¹ Chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA). BR 428, km 152 Caixa Postal 23, 56300 Petrolina, PE.

² Especialista em Economia Agrícola, Consultor IICA/EMBRAPA-CPATSA.

³ Especialista em Difusão de Tecnologia, Consultor IICA/SEPLANTEC-CAR. Av. Otávio Mangabeira, s/n, Edifício Monte Rey, 40000 Salvador, BA.

⁴ Especialista em Avaliação de Tecnologia, Consultor IICA/SEPLANTEC-CAR.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CRÉDITO AGRÍCOLA: O CASO DE OURICURI, PE

Renival Alves de Souza¹
Angel Gabriel Vivallo Pinare²
César Osvaldo Williams Fuentes³
Ronnie Philips Finshi⁴

INTRODUÇÃO

O conjunto de pesquisas do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA), em pequenas propriedades do semi-árido, tem revelado um complexo de problemas que limita o desenvolvimento das potencialidades desta região, destacando-se: a falta de planificação rural, irregularidades nos preços, estrutura fundiária, falta de organização sólida e respeitável dos pequenos e médios agricultores e outros problemas ligados ao modelo de desenvolvimento econômico e social, que impedem maior participação dos agricultores nordestinos aos níveis de progresso e bem-estar das regiões desenvolvidas do Brasil em termos de saúde, educação, cultura e lazer.

Dentro desse conjunto, um componente importante do desenvolvimento da agricultura e, conseqüentemente do pequeno agricultor, é o crédito agrícola.

¹ Chefe do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (CPATSA). BR 428, km 152 - Caixa Postal 23, 56300 Petrolina, PE.

² Especialista em Economia Agrícola, Consultor IICA/ EMBRAPA-CPATSA.

³ Especialista em Difusão de Tecnologia, Consultor IICA/ SEPLANTEC-CAR. Av. Otávio Mangabeira, s/nº, Edifício Monte Rey, 40000 Salvador, BA.

⁴ Especialista em Avaliação de Tecnologia, Consultor IICA/ SEPLANTEC-CAR.

O crédito agrícola deve ser examinado em função de toda a política financeira do Brasil e, no caso da agricultura nordestina, em função do papel que o governo lhe destina especificamente.

Neste sentido é necessário confrontar o desenvolvimento da agricultura do Nordeste com dois modelos. Primeiramente frente ao modelo monetarista clássico, no qual a agricultura nordestina, especialmente a das regiões semi-áridas de sequeiro, não apresenta vantagens comparativas em relação a outras regiões do País.

Num outro modelo, no qual se pretende desenvolver a economia e a sociedade brasileiras de forma coerente e equilibrada, as perspectivas para o Nordeste são diferentes. Neste caso, o desenvolvimento no Nordeste terá como uma das bases a dinamização da economia rural, mediante uma melhor utilização dos recursos naturais e sócio-econômicos existentes, apoiada em tecnologias desenvolvidas pela pesquisa e, portanto, adaptadas à região, além do apoio financeiro adequado às necessidades reais dos pequenos e médios produtores.

O objetivo deste documento é mostrar aspectos do crédito agrícola como instrumento do desenvolvimento e opiniões sobre as taxas de juros. Por outro lado, o trabalho sugere novos estudos para complementar esta pesquisa e medidas institucionais relacionadas ao crédito agrícola para a região.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho de pesquisa foi realizado no alto sertão de Pernambuco, na região de Ouricuri, com pequenos e médios agricultores. Usou-se uma amostra de 32 fazendas⁵, representativa das condições sócio-econômicas e agroecológicas

⁵ No texto, os termos: fazenda, propriedades rurais, propriedade, sítio, pequena propriedade, unidade de produção, empreendimento, referem-se aos espaços físicos e sócio-econômicos utilizados pelos pequenos agricultores.

das propriedades atendidas pelo Projeto Sertanejo na região, sendo utilizados os dados referentes ao ano agrícola 1981/1982, para a elaboração dos diagnósticos e prognósticos das fazendas. São propriedades de pequenos e médios agricultores que dispõem de potencialidades para garantir sua sobrevivência em condições climáticas extremas e prosperidade em condições normais.

Nestas propriedades foram realizadas as seguintes operações de pesquisa:

- . levantamento e valorização dos recursos: recursos naturais, capital e força de trabalho, duas vezes por ano (VIVALLO P., A. G. & WILLIAMS F., C.O. 1984);
- . observação permanente das interações das 32 fazendas com o sistema rural regional: crédito, assistência técnica, pesquisa agrícola, serviços públicos, mercados agrícolas e serviços em geral;
- . acompanhamento diário das 32 unidades de produção durante 365 dias, para levantar todos os aspectos relacionados com a estrutura da fazenda representada por seus sistemas de produção vegetal, animal, sistemas de transformação e outros sistemas, além da função dos sistemas, as entradas e saídas dos sistemas e subsistemas.

Consideram-se entradas: sementes, mão-de-obra familiar e/ou mão-de-obra remunerada, alimento para os animais, todos os consumos familiares - alimentos, água, consumos domésticos e consumo de condições de vida - energia, materiais, informações, dinheiro. E saídas: produtos vegetais, produtos animais, outros produtos, resíduos, energia, informações e dinheiro.

As observações realizadas diariamente, durante um ano, nas 32 fazendas, permitiram levantar:

- . os objetivos do produtor;
- . os consumos familiares e as necessidades de consumo da família do produtor;
- . o funcionamento dos sistemas de apoio creditício e assistência técnica;
- . as atividades do agricultor, de sua família e da força de trabalho temporária e permanente;

- . as tecnologias usadas;
- . os custos de produção;
- . os produtos da fazenda;
- . os ingressos da fazenda;
- . outros ingressos do fazendeiro;
- . as dívidas do agricultor.

Do ponto de vista econômico e financeiro, os dados foram tratados com diferentes parâmetros e indicadores para medir o desempenho das fazendas.

As informações tratadas neste documento foram:

- . consumo familiar;
- . custos de mão-de-obra familiar;
- . custos totais;
- . renda bruta, global;
- . renda líquida;
- . fluxo de caixa;
- . as dívidas totais do ano;
- . outros ingressos do fazendeiro;
- . capacidade de pagamento;
- . saldos.

Para tirar algumas conclusões sobre a rentabilidade das propriedades e o crédito agrícola, realizou-se uma análise econômica usando-se como indicador a Taxa Interna de Retorno (TIR), não tendo sido introduzida na análise o componente Risco.

O cálculo da taxa interna de retorno foi realizado em outubro de 1983, sendo utilizados os preços da época para valorizar os investimentos, os insumos, a produção e o consumo familiar. Portanto o "r" da taxa interna de retorno corresponde a um valor real.

TIR =

$$0 = -I + \sum_{t=1}^{t=n} \frac{F}{(1+r)^t}$$

I = investimento inicial

t = número do ano

F = fluxo de caixa

r = Taxa Interna de Retorno

As propriedades foram analisadas a partir da seguinte interrogação:

- . Quais as propriedades atendidas pelo Projeto Sertanejo, em 1982, que poderiam gerar uma taxa de rendimento econômico e financeiro superior aos juros do mercado e que propriedades gerariam um saldo financeiro capaz de re produzir a força de trabalho do agricultor e de sua família, reproduzir o capital da fazenda e gerar um saldo para pagar as dívidas?

Ao trabalhar com crédito, sem correção monetária, para que os empreendimentos sejam inviáveis, é preciso que eles tenham uma rentabilidade negativa aproximadamente igual ao índice inflacionário.

O rendimento econômico, financeiro e a capacidade de pagamento das propriedades foram calculados a partir dos critérios a seguir, estabelecendo-se como rendas líquidas⁶:

- . Renda líquida 1 - Nos custos totais não estão incluídos os custos de mão-de-obra familiar, depreciação e nem o consumo familiar;
- . Renda líquida 2 - Nos custos totais estão incluídos os custos de depreciação e não estão incluídos os custos da mão-de-obra familiar e nem do consumo familiar;
- . Renda líquida 3 - Nos custos totais estão incluídos os custos da mão-de-obra familiar e a depreciação, não estão incluídos os custos de consumo familiar;
- . Renda líquida 4 - Nos custos totais estão incluídos os custos de depreciação e consumo familiar.

Para efeito de cálculo, quando se considerar o consumo familiar como custo, o custo da mão-de-obra familiar é des prezado, pois considera-se o consumo familiar como custo da mão-de-obra familiar e vice-versa. Porém, nos dois casos, o custo da mão-de-obra temporária e permanente está incluído nos custos totais.

Por outro lado, o crédito agrícola foi estudado como um componente do desenvolvimento que, para ser eficaz, deve

⁶ Renda Líquida = Renda Bruta - Custos Totais.

ria reunir as seguintes características:

- a) Características técnicas do crédito. O crédito deve ser:
 - . suficiente para as necessidades do agricultor;
 - . oportuno para as épocas em que o processo de produção exige;
 - . constante para dar continuidade à exploração de algumas culturas e produtos que necessitam de apoio creditício por mais de um ano;
 - . adequado aos recursos naturais e às características sócio-econômicas e produções da região relativas ao solo, clima, flora, fauna, dotação de infra-estrutura social, armazéns, cooperativas, rede de transportes e vias de comunicação e centro de consumo;
 - . especializado por produto a desenvolver.
- b) Características estruturais do crédito. São aquelas ligadas à quantidade de dinheiro emprestado para as necessidades do agricultor:
 - . os juros do dinheiro devem ser adequados às características técnicas dos usuários;
 - . os custos, para distribuir e supervisionar o crédito, devem ser coerentes com os serviços prestados aos agricultores pelos organismos financeiros;
 - . os prazos devem ser compatíveis com as características técnicas do crédito e com as demandas reais dos empreendimentos;
 - . as taxas e penalidades, pelo não pagamento da dívida, devem ser resultados de um estudo dos fatores que motivaram o atraso ou a falta de pagamento.
- c) Características do sistema de apoio ao crédito:
 - . a fonte de financiamento deve informar as características técnicas e estruturais do crédito ao agricultor, deve atender à demanda de informação e ajudar o agricultor a completar as exigências burocráticas pois, para os agricultores, o banco é um universo desconhecido;
 - . o sistema financeiro deve apoiar tecnicamente o agricultor na eleição e otimização de alternativas e na confecção de projetos. Enfim, os agricultores de

vem receber crédito em função de um projeto de desenvolvimento da fazenda, supervisionado tecnicamente pelo banco.

Estas características do financiamento, em conjunto com as análises econômicas e financeiras, fornecem elementos para dar opiniões sobre o crédito agrícola destinado aos pequenos e médios agricultores do Trópico Semi-Árido. Observe-se que a base das informações foi obtida no Projeto Sertanejo. Em geral, a pesquisa foi dificultada devido à falta de conhecimento por parte dos agricultores quanto ao crédito e ao não fornecimento de informações por parte dos bancos.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Juros

A partir das informações recolhidas, foram feitos cálculos para se determinar a eficiência econômica e financeira das propriedades. Para isto foi calculada a Taxa Interna de Retorno (TIR) e outros indicadores. Para testar a resistência econômica das propriedades foram introduzidas algumas variações no montante dos custos totais, para aumentar ou diminuir o fluxo de renda líquida. Estas variações foram:

1. custo total sem considerar a depreciação, os custos da mão-de-obra familiar e o consumo familiar;
2. custo total incluindo a depreciação e excluindo o custo da mão-de-obra familiar e o consumo familiar;
3. custo total incluindo a depreciação e o custo da mão-de-obra familiar excluindo-se o consumo familiar;
4. custo total incluindo a depreciação e o consumo familiar e excluindo o custo da mão-de-obra familiar.

Estas variações vêm mostrar como se comportam as propriedades com diferentes fluxos de renda líquida, sendo o primeiro caso o que apresenta o maior fluxo de renda líquida, vindo em ordem decrescente o segundo, o terceiro e o quarto caso respectivamente.

Depois de feitos os cálculos da Taxa Interna de Retor

no (TIR), das 32 propriedades, os resultados obtidos foram os descritos a seguir.

Na Tabela 1 está a distribuição das propriedades estudadas de acordo com o resultado da TIR. Para este cálculo, nos custos totais não estão incluídos os seguintes itens: depreciação, mão-de-obra familiar e o consumo familiar.

TABELA 1. TIR sem custos de depreciação, mão-de-obra familiar e consumo familiar.

	TIR nega tiva	TIR entre 0 e 5	TIR entre 5 e 12	TIR entre 12 e 35	TIR maior que 35	Total
Número de propriedades	6	13	9	4	0	32

Analisando-se os resultados encontrados na Tabela 1, vemos que, das 32 propriedades estudadas, consideradas pequenas e médias e passíveis de soluções agrícolas para os seus problemas, seis delas têm Taxa Interna de Retorno negativa. É importante destacar que, no cálculo, não estão incluídos nos custos totais os valores referentes à depreciação, à mão-de-obra familiar e ao consumo familiar, demonstrando a falta de eficiência econômica destas propriedades pois elas não são capazes de reproduzir nem o seu capital nem a força de trabalho despendidos na produção. As outras propriedades, apesar de não apresentarem uma situação muito melhor, pelo menos seriam capazes de reproduzir o capital empregado. Observando-se os índices da Taxa Interna de Retorno das outras 26 propriedades vemos que 22 têm taxas inferiores a 12% e apenas quatro delas apresentam taxas superiores a 12%.

No segundo caso, feitos novamente os cálculos e incorporados aos custos totais o valor da depreciação, temos os seguintes resultados:

TABELA 2. TIR com os custos de depreciação

	TIR nega tiva	TIR entre 0 e 5	TIR entre 5 e 12	TIR entre 12 e 35	TIR maior que 35	Total
Número de propriedades	12	12	4	4	0	32

Na Tabela 2, doze propriedades apresentam TIR negativa, o que demonstra a fragilidade do sistema econômico dessas propriedades e, das 20 restantes, quatro apresentam taxas de mais de 12% ao ano.

No terceiro caso foram somados aos custos totais os custos de depreciação e os custos de mão-de-obra familiar, sendo encontrados os resultados apresentados a seguir:

TABELA 3. TIR com custo de depreciação e mão-de-obra familiar.

	TIR nega tiva	TIR entre 0 e 5	TIR entre 5 e 12	TIR entre 12 e 35	TIR maior que 35	Total
Número de propriedades	20	7	2	3	0	32

Ao analisarmos a Tabela 3, vemos que 20 propriedades apresentam TIR negativa e apenas três apresentam taxas superiores a 12% ao ano.

No quarto caso, acrescentando-se aos custos totais a depreciação e o consumo familiar, que seria o pagamento da mão-de-obra familiar, chegamos aos resultados apresentados na Tabela 4, onde vemos que quase a unanimidade das propriedades não financiam o consumo familiar e apresentam TIR negativa, ficando apenas uma com TIR positiva de 11,3%.

TABELA 4. TIR com custos de depreciação e consumo familiar.

	TIR nega tiva	TIR entre 0 e 5	TIR entre 5 e 12	TIR entre 12 e 35	TIR maior que 35	Total
Número de propriedades	31	0	1	0	0	32

Capacidade de pagamento

A capacidade de pagamento pode ser influenciada por fatores externos ao crédito, como investimentos superdimensionados, subdimensionados, mal utilizados, inadequados, ou onde os consumos familiares sejam superiores à capacidade produtiva da fazenda.

Ao calcularmos o fluxo de caixa e a capacidade de pagamento destas mesmas propriedades e introduzindo no cálculo os outros ingressos do fazendeiro, apresentam-se quatro diferentes casos.

Primeiro, no caso de acrescer à renda líquida da produção das fazendas os outros ingressos do fazendeiro, oriundos de outras fontes que não da propriedade, obtêm-se os resultados da Tabela 5.

Nos resultados apresentados na Tabela 5 a renda líquida foi calculada sobre o custo total sem o custo da mão-de-obra familiar, acrescentando a depreciação e os outros ingressos do fazendeiro, excluindo o consumo familiar. Nove propriedades não apresentam capacidade de pagamento, enquanto que 23 apresentam resultados positivos, ou seja, são capazes de pagar as suas dívidas do ano.

Utilizando-se o mesmo procedimento foram feitos os cálculos do fluxo de caixa e capacidade de pagamento das propriedades, só que não foram acrescentados à renda líquida os outros ingressos do fazendeiro. Os resultados obtidos são apresentados na Tabela 6.

TABELA 5. Renda líquida sem custos de consumo e mão-de-obra familiar, mais custos de depreciação e outros ingressos do fazendeiro.

	Prop.c/fluxo de caixa ne gativo	Prop.c/fluxo de caixa po sitivo	Total	Prop.s/capa cidade de pa gamento	Prop.c/capa cidade de pa gamento	Total
Número de propriedades	9	23	32	9	23	32

TABELA 6. Renda líquida sem outros ingressos do fazendeiro.

	Prop.c/fluxo de caixa ne gativo	Prop.c/fluxo de caixa po sitivo	Total	Prop.s/capa cidade de pa gamento	Prop.c/capa cidade de pa gamento	Total
Número de propriedades	28	4	32	28	4	32

A Tabela 6 mostra que o número de propriedades incapazes de pagar o consumo familiar aumenta para 28, restando apenas quatro que são capazes de pagar estes custos e as dívidas do ano. Das 28 propriedades sem capacidade de pagamento das dívidas do ano, 19 pagam as dívidas recorrendo aos outros ingressos do fazendeiro e nove nem assim são capazes de pagar.

No terceiro caso, conforme Tabela 7, o cálculo da renda líquida incluiu nos custos totais os custos da mão-de-obra familiar e excluiu a depreciação. Sete propriedades apresentam fluxo de caixa negativo, enquanto dez apresentaram-se com déficit para pagar as dívidas do ano, demonstrando que, mesmo tendo dívidas relativamente pequenas, as propriedades se vêem em dificuldades para pagá-las.

No último caso, incluindo-se nos custos totais para cálculo da renda líquida o consumo familiar, como custo da mão-de-obra familiar, o resultado encontrado foi que apenas três propriedades seriam capazes de pagar as dívidas do ano, como mostra a Tabela 8.

O sistema de crédito

Os problemas e as distorções do crédito foram levantados durante o acompanhamento diário das 32 propriedades. Observaram-se aspectos técnicos de relevância para que o crédito seja realmente um instrumento de apoio ao desenvolvimento.

Dentre os aspectos técnicos julgados relevantes estão: a oportunidade e quantidade, a constância e a adequação do crédito.

Com relação ao aspecto oportunidade, o que se constatou foi a não liberação do crédito em tempo hábil para a realização das atividades, acontecendo muitos casos de agricultores não realizarem práticas importantes, como a capina, ou as realizarem mal, única e exclusivamente por não terem recebido a parcela destinada a essa operação, o que compromete de maneira decisiva o rendimento das culturas e o resultado econômico do empreendimento.

TABELA 7. Renda líquida sem depreciação, com custos de mão-de-obra familiar.

	Prop.c/fluxo de caixa ne gativo	Prop.c/fluxo de caixa po sitivo	Total	Prop.s/capa cidade de pa gamento	Prop.c/capa cidade de pa gamento	Total
Número de propriedades	7	25	32	10	22	32

TABELA 8. Renda líquida com consumo familiar e custos de mão-de-obra familiar.

	Prop.c/fluxo de caixa ne gativo	Prop.c/fluxo de caixa po sitivo	Total	Prop.s/capa cidade de pa gamento	Prop.c/capa cidade de pa gamento	Total
Número de propriedades	29	3	32	29	3	32

Outro problema sério provocado pelo atraso do crédito agrícola está relacionado com o crédito de investimento: é a insuficiência da quantidade recebida pelo agricultor para efetivação do projeto proposto para sua propriedade. Por exemplo: o agricultor ao receber empréstimo para construir uma casa, um estábulo e/ou uma cerca, vê-se obrigado a lançar mão de seu capital de operação (bovinos, caprinos, ovinos, máquinas etc) para cobrir o restante dos custos do investimento projetado. Isto porque o volume de investimento é definido com antecedência, ficando o agricultor obrigado a efetuar a obra com as dimensões preestabelecidas, mesmo sem haver uma correção nos valores na época da liberação do crédito. Em alguns casos para concluir as obras de investimento, o agricultor utiliza parcelas do custeio agrícola, que tem juros mais altos (35% em vez de 12% do crédito de investimento sem correção), além de ser obrigatório seu pagamento logo após a colheita da cultura a que foi destinado.

Observando-se a constância do crédito, constatou-se o não planejamento dos investimentos feitos nas propriedades, visto que estes investimentos não se baseiam num projeto de desenvolvimento global da propriedade, e sim numa tentativa de aumentar a produção, principalmente a pecuária, fazendo com que o crédito não seja planejado para mais de um ano. Por exemplo, ao financiar animais de raça para as propriedades não são feitos cálculos para mantê-los, sendo os agricultores abrigados a arcar com estes custos até obter alguma produção daquele investimento.

Já na análise da adequação do crédito, há uma completa falta de participação do agricultor na definição dos investimentos a serem feitos na sua propriedade. Isto fica patente quando, por exemplo, faz-se um projeto de construção de uma casa. O projeto da casa do agricultor não é levado em conta, ele recebe apenas as informações de como vai ser feita a casa, não havendo portanto uma discussão a fundo e detalhada do projeto com o agricultor. O mesmo acontece com outras construções diretamente produtivas, feitas nas propriedades, que são projetadas e construídas seguindo padrões de outras regiões, como estábulos, silos, etc.

Há também falta de informação precisa, por parte do agricultor, sobre como funciona o crédito, no que diz respeito aos serviços do crédito pagos por ele, às taxas de juros, aos prazos e prestações. Aos agricultores cabe apenas o conhecimento dos seus números nos dossiês onde estão cadastrados os dados das suas propriedades.

Outro problema é a falta de capacidade das instituições bancárias de agilizarem o atendimento e o cadastramento dos produtores, pois o número de pessoas destinadas a esta função é insuficiente, além de não serem treinadas para trabalhar com pequenos agricultores.

Contudo, o subsídio projetado pelo governo, que seria para favorecer os pequenos e médios agricultores, na prática, pelo anteriormente exposto, não satisfaz plenamente os objetivos propostos.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conclusões

O trabalho realizado em Ouricuri, com 32 propriedades de pequenos e médios produtores com potencialidades de crescer e prosperar, atendidas pelo Projeto Sertanejo, permitiu tirar as conclusões apresentadas a seguir.

Taxa Interna de Retorno

- . Calculando-se os custos totais sem o consumo familiar e sem custos de mão-de-obra familiar, incluindo a depreciação, quatro propriedades pagariam juros reais de mais de 12%.
- . Se nos custos totais, incluindo a depreciação, considera-se o financiamento da mão-de-obra familiar, 20 propriedades não poderiam pagar juros positivos e só três propriedades poderiam pagar juros reais de 12%.
- . Se nos custos totais considera-se a depreciação e o consumo familiar como o custo da mão de obra familiar, uma propriedade tem taxa interna de retorno positiva e não poderia pagar juros reais de 12%.

O consumo familiar, na maioria das propriedades, é superior ao custo da mão-de-obra familiar no mercado local. Mas, por outro lado, o exame dos componentes do consumo familiar revelou que este se compunha do estritamente necessário. Portanto, os problemas devem ser procurados em outros componentes do empreendimento.

A sobrevivência das propriedades com taxa interna de retorno negativa é garantida pelo não pagamento de parte da correção monetária ou por outros ingressos do fazendeiro.

Capacidade de pagamento

- . Se se considera o consumo familiar como custo no cálculo da renda líquida e não se considera a depreciação, 28 propriedades não têm capacidade de pagar as dívidas do ano com a produção da fazenda. Eles pagam com os outros ingressos do fazendeiro ou vendendo o capital de operações e de inversão.

Sistema de crédito

O estudo revelou problemas que têm relação com as características técnicas, estruturais e de apoio financeiro do sistema creditício que, em lugar de benefícios, trazem prejuízos aos agricultores.

Os resultados do trabalho mostraram que uma mudança nos juros, desacompanhada de outras medidas, não vai melhorar a situação dos agricultores, pois o crédito e os juros são componentes de um problema mais complexo.

Uma política de crédito agrícola, de juros altos ou baixos, deve ser justificada sob vários aspectos. Entre eles está a inflação. Neste sentido dever-se-ia responder a uma série de questões em torno da mesma.

- . Qual é a importância dos créditos da pequena e média agricultura do Nordeste na inflação?
- . Qual o peso, na inflação, do déficit do setor público, da dívida externa, dos subsídios às exportações não-agrícolas, comparados com os subsídios a serem destinados para as culturas do Nordeste e que contri

tribuição oferece o subsídio do crédito da agricultura de exportação para gerar capacidade de pagamento da dívida externa?

Que subsídios recebem outros empreendimentos da economia, sejam como subsídios de juros ou como pesquisas, assistência técnica do Estado, ou incentivos fiscais em energia e na indústria e que relação de peso existe na inflação, referente ao crédito, à pequena e média agricultura do Nordeste?

Neste sentido, uma política anti-inflacionária de juros altos, sem ser acompanhada por outras medidas, poderia paralisar a produção agrícola dos pequenos e médios agricultores que utilizam o crédito para comprar, refazer ou manter seus recursos produtivos.

Com respeito aos juros baixos, é preciso colocar alguns problemas apresentados no Nordeste que têm relação com os subsídios e que distorcem na prática os objetivos do governo. Isso reforça as conclusões e recomendações deste trabalho.

- . Historicamente os créditos do Nordeste provisionam o Sul.
- . As colocações do crédito subsidiado no Nordeste realizam-se preferencialmente no litoral ou perto dos grandes centros e não favorecem os pequenos agricultores.
- . Como os créditos agrícolas subsidiados não são seletivos, isto é, favorecem a quem precisa e a quem não precisa, em lugar de financiarem a pequena agricultura, financiam a indústria ou outras atividades como foi o "caso da mandioca" em Floresta, PE.

Portanto, em relação aos subsídios, é importante definir o que subsidiar, se o crédito ou outras atividades, ou componentes econômicos como insumos, investimentos, tecnologias, pesquisa, preços, mercados. Outro aspecto a definir numa política de subsídios aos juros do crédito agrícola reside em determinar, com precisão, em que época subsidiar ou durante quanto tempo, para poder programar com

segurança os empreendimentos.

Por outro lado, os juros do crédito não podem ser um elemento para fabricar empresários ineficientes, tampouco podem ser o coveiro da pequena e média empresa agrícola.

Recomendações

Recomendam-se os seguintes estudos complementares para decidir sobre juros:

1. Estudo da hierarquia da rentabilidade econômica das principais alternativas de produção do Nordeste em zonas de sequeiro e irrigadas. Pesquisar a taxa de rentabilidade interna e relações de benefício/custo das diferentes alternativas produtivas do Nordeste, em zonas de sequeiro e irrigadas e para diferentes superfícies cultivadas e tamanho dos diferentes rebanhos. Desta maneira poder-se-iam definir os juros reais que cada uma dessas alternativas suportaria, com maior precisão e realismo. Este trabalho pode ser realizado em tempo mínimo de seis meses e máximo de doze meses.
2. Estudar o crédito e os juros para criar empresa de pequenos agricultores em termos de:
 - . estrutura fundiária e investimento;
 - . objetivos do agricultor, necessidades, sobrevivência e prosperidade;
 - . tipo e propriedade de produção por área ecológica e fatores sócio-econômicos das regiões;
 - . garantias de crédito;
 - . criação de organismos como banco de desenvolvimento agropecuário ou outras instituições específicas e especializadas para trabalhar com pequenos agricultores.

A decisão sobre os financiamentos e os juros não tem valor se não é acompanhada de medidas que dinamizem a economia dos pequenos e médios produtores.

Tomando-se a decisão de manter o crédito subsidiado para pequenos e médios produtores, como medida transitória para construir as bases de uma economia rural sólida, esta deve ser acompanhada de uma política que considere a criação de um órgão especializado, onde se veicule toda esta política. Esta instituição, que pode ser federal ou regional, deve responsabilizar-se pelo desenvolvimento integral dos pequenos agricultores.

Assim, concretamente, esta instituição deve reunir pelo menos quatro funções importantes do desenvolvimento agrícola:

- . assistência técnica aos pequenos e médios produtores;
- . crédito e provisionamento de insumos;
- . desenvolvimento social da família dos pequenos agricultores;
- . desenvolvimento de organizações econômicas e sociais de pequenos agricultores, capazes de gerenciar seu desenvolvimento.

Esta instituição zelaria para que todos os subsídios e apoio do governo, para a pequena e média agricultura, sejam eficazmente utilizados a fim de suprir as necessidades do setor e não de outros setores da economia. Além disso, esta instituição também poderia reunir o conjunto de organismos que, de forma descoordenada, trabalham no setor rural do Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, P.F.C. de. Agricultura brasileira sem subsídios. *R. Econ. rural*, Brasília, 21(3):295-303, jul./set. 1983.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington, DC, USA. **Progresso sócio-econômico na América Latina: o setor externo**; relatório de 1982. Washington, s.d. 426p.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington, DC, USA. **Progresso sócio-econômico na América Latina: recursos naturais**; relatório de 1983. Washington, s.d. 408p.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, Washington, DC, USA. **Progresso sócio-econômico na América Latina**; relatório anual de 1980-81. Washington, s.d. 480p.il.
- CARVALHO, O. de. Desenvolvimento rural integrado: nova estratégia para a redução da pobreza no campo. *R. econ. Nord.*, Fortaleza, 10(2):431-94, abr./jun. 1979.
- CASTRO, J.F. de. Revista Econômica do Nordeste: dez anos de existência. *R. econ. Nord.*, Fortaleza, 10(2):183-7, abr./jun. 1979.
- CONTADOR, C.R. **Tecnologia e rentabilidade na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro, IPEA, 1975. 257p.il. (IPEA. Relatório de Pesquisa, 28).
- CORDONNIER, P.; CARLES, R. & MARSAL, P. **Economie de l'entreprise agricole**; préparation des décisions. Paris, Cujas, 1970. 537p.
- DANON, P. **Rentabilité et financement des investissements**; gestion d'entreprise. Paris, Sciences de Gestion et de L'Expertise Comptable, 1983. v.1, 126p.
- DESCLAUDE, G. & TONDUT, T. **La empresa agrária y su gestión**. Madrid, Mundi-Prensa, 1970. 318p.

- FONTAINE, E.R. **Evaluation social de proyectos**. 2.ed. Santiago, Chile, Universidad Catolica de Chile, Instituto de Economia, 1983. 403p.il.
- FRANÇA, P.O. Inflação: a causa maior. **Conj. Econ.**, Rio de Janeiro, 36(7):43, jul. 1982.
- GALVEAS, E. Evolução do sistema financeiro e do mercado de capitais. **R. econ. Nord.**, Fortaleza, 13(1):9-184, jan./mar. 1982.
- JATOBÁ, J. Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro: uma visão abrangente com especial atenção para a agricultura e política agrícola. **R. Econ. rural**. Brasília, 19(3):363-75. jul./set. 1981.
- MARIM, W. C. **Análise de alternativas de investimento; uma abordagem financeira**. 2.ed. São Paulo, Atlas, 1980. 147p.
- OGASAVA, R.S. Dívida pública. **Conj. Econ.**, Rio de Janeiro, 37(2):75-9, fev. 1983.
- PANORAMA anual/perspectivas. **Conj. Econ.**, Rio de Janeiro, 38(2):7-12, fev. 1984.
- PROGRAMA de redução do déficit público. **Conj. Econ.**, Rio de Janeiro, 37(10):51-3, out. 1983.
- REBOUÇAS, O.E. Coord. Desenvolvimento do Nordeste; diagnóstico e sugestões de políticas. **R. econ. Nord.**, Fortaleza, 10(2):189-430, abr./jun. 1979.
- SUBSÍDIOS para uma proposta de reforma financeira. **Conj. Econ.**, Rio de Janeiro, 37(12):45-8, dez. 1983.
- VIVALLO P., A.G. & WILLIAMS F., C.O. **Pequenos Agricultores II**; métodos de avaliação econômica e financeira. Petrolina, PE, EMBRAPA-CPATSA, 1984. 97p. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos, 25).
- VIVALLO P., A.G. & WILLIAMS F., C.O. **Pequenos Agricultores I**; métodos de pesquisa em sistemas sócio-econômicos. Petrolina, PE, EMBRAPA-CPATSA, 1984. 213p.il. (EMBRAPA-CPATSA. Documentos 24).